

EDUCAÇÃO POPULAR E ESCRIVÊNCIAS: DIÁLOGOS FORMATIVOS

Marcélia Amorim Cardoso¹

Sílvia Andrade²

RESUMO

Apresenta escrituras de uma pedagoga, educadora popular, que narra suas itinerâncias formativas até encontrar-se com a educação popular e o legado de Paulo Freire. Participante das mobilizações comunitárias, mulher negra e pobre, retoma os estudos e reencontra em suas memórias, raízes formativas de uma educadora popular. Como metodologia as autoras recorrem às escrituras concebidas por Conceição Evaristo, como registro, memória e resistência. O texto faz parte da comunicação proferida, como parte das comemorações do centenário de Paulo Freire no Seminário Paulo Freire, Presente!, realizado em 2021.1, no formato online, na disciplina Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos no Curso de Pedagogia da Faculdade Fernanda Bicchieri, FABEL, em Belford Roxo, município localizado na Baixada Fluminense, RJ.

Palavras-chave: Educação Popular. Paulo Freire. Escrituras

INTRODUÇÃO

Este texto origina-se na experiência de educação em espaços não escolares, em meios às ações sociais, educacionais e de assistências realizadas em uma comunidade periférica na região da Baixada fluminense, no Rio de Janeiro. As reflexões se originam no trabalho e na lida com as dificuldades materiais produzidas pela pobreza presente na região em que as experiências ocorrem, ao longo do curso de Pedagogia, durante a realização do estágio supervisionado em espaços não escolares e no percurso da escrita do Trabalho de Conclusão de Curso. Este trabalho é muito motivado pela ideia de 'escrituras' proposta por Conceição Evaristo ao longo da produção de suas obras.

A motivação desse registro parte primeiramente do lugar de fala de uma das autoras: mulher, negra, meia idade, pobre, periférica e cristã, que depois de muito tempo volta aos estudos e percebe o quanto a população pobre e preta é silenciada, e da pergunta elaborada a partir das práticas informais de formação de educadores populares pobres periféricos: como construir uma proposta de educação popular com a

¹ Doutora em Educação, professora do Curso de Pedagogia e do Curso Normal, Nível Médio, SEEDUC/RJ, pesquisadora do FRECON, Grupo de Pesquisa Estudos Freireanos Contemporâneos e Currículo (UFRRJ).

² Pedagoga (FABEL) e Educadora Popular.

participação de educadores sem formação? Esse questionamento surge após a constatação adquirida através dos debates produzidos no curso de Pedagogia, de que as bases e os princípios que regem a educação popular são as mesmas bases de uma educação para a transformação social na perspectiva dos direitos humanos. Isso não é novo. Tema já tão debatido e estudado e que tem como seu principal precursor nosso patrono da educação o professor Paulo Freire. E mesmo já tão debatido, ainda não é concretizado da forma em que poderia.

A proposta aqui é trazer o relato de uma mulher negra de meia idade, periférica participante das associações e grupos de cunho religioso com intencionalidade social, pedagoga que se autodenomina educadora popular periférica. Por isso, a metodologia mais indicada é a da *escrevivências*, conceito desenvolvido por Conceição Evaristo em suas obras. “A escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra” (EVARISTO, 2005, p. 205). Dessa forma a escrita torna-se resistência, representa pronunciamentos coletivos, denúncias de opressões que historicamente mulheres negras sofreram e ainda sofrem.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também (EVARISTO, 2020, P. 30)

O texto está organizado em quatro partes, a primeira é esta introdução seguida da contextualização, ou seja, do lugar de fala e de vivência de uma das autoras. A terceira parte, o esforço é tecer algumas reflexões sobre a relação entre educação popular, direitos humanos e formação docente. E sem a intenção de encerrar o debate e as reflexões, a quarta parte fecha a proposta perguntando mais do que respondendo.

DE ONDE OLHO É ONDE VIVO. E ONDE VIVO ME FAÇO O QUE SOU

A narrativa que se segue parte das vivências de uma das autoras desse texto e para valorizar suas *escrevivências* será registrado em destaque.

Ao situar-me como aluna do curso noturno de pedagogia, tomo consciência nas aulas e estudos, pesquisa e debates produzidos pelos espaços acadêmicos e provocados por seus professoras e professores da minha condição de mulher negra, periférica e acima dos 40 anos. Hoje, após uma trajetória de muita luta e dificuldades me vejo com o curso superior, algo que na minha família nunca teria cogitado. A primeira da família a possuir um diploma de curso superior. Este artigo é um recorte do meu trabalho de conclusão de curso em que abordei os processos de alfabetização e o fracasso escolar e das minhas experiências enquanto educadora negra e pobre da periferia.

Minha família sempre foi religiosa e eu cresci participando da igreja e nela nasci, cresci e formei família, sempre atuando com trabalhos missionários e de assistência. A localidade em que meus pais, há mais de 60 anos atrás conseguiram comprar um lote e nele criar seus 5 filhos (sou a caçula), na época era um pedaço de terra distante do centro do município, sem saneamento básico, sem nada, só mato e poucas casas. Ali cresci, brincando na terra, pulando as valas de esgoto, ajudando no serviço de casa, indo para a escola de bicicleta que meu pai montou, buscando água na igreja, o ponto em que o cano de abastecimento de água terminava. Correndo entre as trilhas abertas no mato e comendo as frutas nos pés das árvores que tinham por perto. Só fui para escola até completar o ensino fundamental. Depois não consegui prosseguir. Mas minha mãe tinha orgulho, pois fui uma das únicas filhas a terminar o ensino fundamental, nem um dos meus irmãos ou irmãs terminaram. Entraram bem novos no mercado de trabalho e nunca mais pensaram em voltar a estudar. Ela mesmo estudou só até o 3º ano de escolaridade. Muitos anos depois, conclui meu ensino médio na EJA, com bastante dificuldade em conciliar trabalho, família e as atividades na comunidade.

Um pouco distante de nossa casa um pastor tinha iniciado há uns 10 anos antes de meus pais chegarem, uma igreja. Me lembro ainda menina que a igreja tinha paredes sem reboco e não tinha vidro nas janelas, mas o pastor mobilizava a comunidade. Pessoas vinham de longe para ouvir a palavra. Conforme eu crescia, via a igreja também crescer, ser pintada e suas janelas ganharem vidros. Também vi o loteamento em volta da casa de meus pais crescer e com ele, a precarização da vida. Alguns grupos da região e de fora, se apropriaram de vários lotes no entorno, alugando-os para famílias, principalmente nordestinos recém chegados ao Rio de Janeiro, morarem, sem nenhuma condição de vida. A água e a energia eram clandestinas e bem caras. Outras famílias sem condição de alugar o terreno, também chegavam. Essas estavam à beira da miséria. Sem trabalho, sem dinheiro, sem estudos. Se viam na necessidade de mendigar ou de trocar trabalho por um prato de comida. As crianças não tinham documentos, nunca tinham ido à escola e nem tinham acompanhamento médico.

Nesse contexto, a igreja se mobilizou proferindo o chamamento que até hoje atendo. Na época meus pais atuavam na igreja na frente de formação profissional. Ensinavam tudo que aprenderam com os próprios pais lá em Minas Gerais. Minha mãe mal sabia ler, mas ensinava costura, manicure, artesanato, violão e algumas letras que sabia. Meu pai sabia de tudo um pouco, obra, mecânica, eletricidade, pintura, jardim e plantio. Não lia muito, por isso achava que não podia ensinar, mas também tocava violão e isso ele

ensinava. Tudo de forma voluntária. A nossa vida sempre foi muito difícil, não tínhamos muito, mas o que nos fortalecia era a nossa família e essa participação na igreja.

Centros de saúde e educação foram organizados na igreja que se tornou um tipo de associação de moradores. Nesse processo de amenização dos impactos da extrema pobreza, a igreja reunia doações de roupas, alimentos, orientação sobre saúde, atualização das carteiras de vacina das crianças, combate à desnutrição e à mortalidade infantil, emissão de documentos, cursos informais de profissionalização e ações para a escolarização com cursos de alfabetização, apoio para provas do supletivo e ainda curso de música. Com o tempo o município se emancipou na onda da década de 1990, em que alguns distritos da Baixada Fluminense se tornaram municípios.

Hoje a região mudou bastante no que se refere ao saneamento básico, pois todas as casas possuem água, energia e rede de esgoto, muitas ruas estão asfaltadas e muitas casas, daquelas que serviam de barganha aos grupos que dominavam a região são propriedades dos moradores mais antigos. Contudo ainda precisam muitas melhoras. A começar pela pobreza que ainda está presente e com ela a subvida e a violência. A região ainda é controlada por poderes paralelos. Na região apenas uma empresa de ônibus faz a linha que leva aos centros do município sede e do município vizinho. O monopólio de transporte mantém apenas uma frota de vans que circulam em determinados trechos e em outros não, por onde passa a única empresa de ônibus que mantém apenas dois ônibus.

A igreja possui duas kombis que transportam idosos e doentes até o posto de saúde ou ao hospital público mais próximo, contando apenas com o trabalho voluntário de motoristas e doações para o combustível. A bicicleta se tornou veículo de ouro sendo objeto frequente de furtos. Hoje a igreja é comandada pelo filho do pastor que a construiu. Seu filho continua o trabalho com afinco.

Essa contextualização é para demarcar o lugar de fala. Mulher, negra, mãe e avó, que retorna aos bancos escolares e descobre que não há hora certa para o conhecimento. Todo momento é a hora. Demarca a periferia e suas dificuldades e realidade. Demarca também a inserção ao mundo acadêmico que sistematiza esse texto.

*O atual pastor em sua viagem missionária pela África juntamente com mais de 30 pastores do Brasil, percebeu o quanto Paulo Freire é falado, lido e estudado no continente e pelo seu próprio relato, sentiu-se envergonhado de ser brasileiro, envolvido com ações sociais, não ter lido uma obra apesar de conhecê-lo e saber quem foi. Nessa mesma época, isso bem antes da pandemia, eu cursava a disciplina Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos, ministrada por uma das autoras desse texto, e realizava o estágio supervisionado de educação em espaços não escolares, também orientado por essa professora, tive a oportunidade de ler, estudar e debater três obras de Paulo Freire: *Pedagogia do Oprimido* (2014), *Pedagogia da Autonomia* (1996) e *Educação como Prática de Liberdade* (1967).*

O retorno do pastor foi de muita curiosidade para conhecer um pouco mais a fundo a obra de Paulo Freire e como eu estava realizando o estágio em educação não escolar e em um momento de aprofundamento de algumas obras de Freire para elaborar meu

*TCC, ele me chamou para promovermos encontros com os participantes da igreja para melhor entendermos e colocarmos em prática um tipo de educação que estivesse mais próxima a nossa realidade. O grupo inicial estava envolvido com o setor de educação e promovia práticas de alfabetização e de escolarização para jovens e adultos, participantes e não participantes da igreja, mas todos moradores do bairro. O grupo de 18 formadores, homens e mulheres entre a faixa etária de 16 a 65 anos, não tinha formação pedagógica. Apenas a jovem de 16 anos cursava a 2ª série do Curso Normal, nível médio. Organizamos dez encontros com três temas em cada, envolvendo educação, saúde, trabalho, religião e cultura, tendo como base três livros de Paulo Freire; *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Autonomia* e *Educação como Prática de Liberdade* e, também, a obra *‘A educação popular na escola cidadã’* de Carlos Rodrigues Brandão.*

Nessa experiência pude refletir sobre minha própria formação e minha prática no processo de construir junto com os participantes desses encontros, uma tentativa de educação popular. Construímos um planejamento a partir daquilo que Paulo Freire nos chama para atuar na educação libertadora. No curso de pedagogia, no cumprimento do estágio supervisionado em espaços não escolares, reencontrei minha história de vida e reafirmei meu compromisso com uma educação libertadora, cristã e sob a perspectiva dos direitos humanos.

EDUCAÇÃO POPULAR: LUGAR DE DIÁLOGO E LUTA

A educação popular, concebida, elaborada e constituída ao longo da história, se caracteriza por estar vinculada aos movimentos sociais e às práticas pedagógicas dirigidas aos sujeitos que de alguma maneira não tiveram seus direitos garantidos e foram excluídos dos processos sociais, principalmente de processos educativos e de escolarização. A educação popular é consolidada através dos princípios da ação-reflexão-ação do povo para o povo, e, mais do que uma educação voltada para os pobres, a educação popular é uma concepção de educação emancipatória e libertadora.

A partir das reflexões e ideias de Paulo Freire, educadoras e educadores, grupos e associações de vários ramos da sociedade e movimentos sociais desenvolveram a educação popular reinterpretando teorias e práticas já existentes em uma ação militante de construção de práticas educativas voltadas para a educação de trabalhadoras e trabalhadores, com vistas à organização popular e transformação social.

A ênfase da luta por direitos humanos consolidada ao longo da história dos movimentos sociais pela perspectiva da igualdade, hoje atenta-se para outros debates. A construção da democracia por muito tempo respaldou-se nas questões sobre a igualdade entre as pessoas e grupos humanos. Grupos radicais de defesa ao multiculturalismo já defendem uma ênfase

exclusiva na diferença, deslocando a igualdade dos focos do debate. A questão não está em afirmar um e extinguir o outro, mas como nos alerta Candau (2007, p. 400), a questão é ‘termos uma visão dialética da relação entre igualdade e diferença. Hoje em dia, não se pode falar em igualdade sem incluir a questão da diversidade, nem se pode abordar a questão da diferença dissociada da afirmação da igualdade’. E citando Boaventura de Sousa Santos, nos alerta: “temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza.” O ponto é lutar para ter as suas diferenças reconhecidas como elementos de construção da igualdade. Nessa perspectiva a educação popular se encontra com os processos freirianos de prática educativa voltada para o movimento pessoal/coletivo de conscientizar-se da opressão e da própria realidade, apropriar-se da ação histórica de transformação social e pronunciar-se ao mundo, com o mundo e sobre o mundo.

Brandão (2002, p.269) aponta que os movimentos sociais populares abriram o rol das lutas por igualdade para lutas mais amplas em prol dos direitos humanos sob uma perspectiva da diversidade, onde a pessoa cidadã “é o sujeito de deveres sociais de teor político, em nome dos quais não apenas reclama os seus direitos”, mas age para construir “um outro mundo possível” de realização plena dos direitos humanos. Nesse sentido, a educação torna-se uma aliada indispensável.

Nesse cenário, Paulo Freire (2014) nos ajuda a entender que uma pedagogia para a humanização para da luta de um povo que não quer ser oprimido e invisibilizado. E para isso, a prática de liberdade promovida por uma educação freiriana vislumbra o processo de libertação para além dos direitos básicos, como educação, saúde, moradia e liberdade de expressão. É a percepção clara dos processos de exploração e opressão de um sistema que gera desigualdades e a perpetuação da pobreza, em uma perversa relação em que sua existência e fortalecimento depende da proliferação, controle e manutenção das desigualdades e da pobreza.

Assim, a educação como prática de liberdade parte da conscientização das tramas existentes nas relações sociais e de produção econômica, material e intelectual, pautadas na lógica construída nas relações escravocratas, patriarcais, racistas e eurocêtricas, que guiam as normativas epistemológicas nos currículos escolares e de formação de professores. Portanto, pensar uma educação libertadora e para a humanização, é pensar em uma formação docente (leia-se também de educadoras e educadores) que rompa com essa lógica e promova a formação

crítica para a humanização. Uma formação docente cujo compromisso seja fortalecido através de práticas emancipatórias de lutas constantes contra as diversas formas de opressão e de epistemicídios. E voltando à pergunta inicial proposta para escrevivenciar esse texto: “como construir uma proposta de educação popular com a participação de educadores sem formação?” recorreremos à Carlos Rodrigues Brandão (2014, p.18) quando afirma:

Educadores somos todos nós que de alguma maneira educamos, seja qual o nível, qual a região que ministra a educação, o educador que está com giz na mão, transmitindo conhecimento, independente do seu título (ou que nem tenha), passam suas ideias de reconhecer no outro, quem quer que seja, uma fonte de sabedoria. Há uma troca de saberes, de estar trocando o saber de quem sabe, passar para aquele que não sabe, uma troca (BRANDÃO, 2014, p.118)

E citando Paulo Freire, Brandão nos lembra uma das máximas freirianas: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, todos se educam em comunhão” (FREIRE, 2014, p. 95). E ainda como parte dessa reflexão proposta aqui, em relação entre a educação popular sob a perspectiva formativa e ativa (pensa-agir), a formação em direitos humanos e a formação docente, recorreremos a Paulo Freire que nos ajuda a pensar quando afirma que “formação técnico-científica não é antagônica à formação humanista dos homens, desde que ciência e tecnologia, na sociedade revolucionária, devem estar a serviço de sua libertação permanente, de sua humanização” (FREIRE, 2014, p.98).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intencionamos neste texto apresentar reflexões sobre a educação popular em diálogo com os direitos humanos a partir de um breve panorama analítico freiriano. Partimos das escrevivências de uma pedagoga, educadora popular, na intenção de demarcar trajetórias de vida-formativas de uma mulher negra da periferia que ao retomar os estudos, direito antes negado, se viu como uma educadora popular. A proposta metodológica partiu da compreensão de que romper com a suposta neutralidade constituída pela lógica da branquitude que valida a produção científica, é assumir atitudes de resistência e denúncia das tramas que sustentam práticas que reproduzem o epistemicídios e por isso, produzir cientificamente a partir das vivências pessoais, é uma forma e um compromisso com o pensamento crítico na educação.

Nossa proposta, de forma geral, apresentou algumas reflexões sobre a estreita relação entre educação popular, direitos humanos e o pensamento de Paulo Freire, a urgência de se pensar a formação docente considerando elementos constituidores do pensamento crítico e como o falar de si na produção acadêmica não invalida os preceitos de se pensar, falar e agir na e, sobretudo, com a coletividade.

Contudo, essas reflexões nos instigam a pensar outras questões: como construir “um outro mundo possível” de realização plena dos direitos humanos? Como garantir uma educação como direito de todos se as premissas da formação e da escolarização não garantem a formação emancipatória e conscientizadora defendida pelo pensamento freiriano? Como garantir uma educação para os direitos humanos que respeitem a diversidade na igualdade em uma sociedade da homogeneização ou mesmo tempo individualista? São questões difíceis de responder, a partir de apenas um prisma, por isso a pesquisa e a incansável busca pelo diálogo nos dão indícios que podemos responder se transformarmos a sociedade.

Essas reflexões apontam para o desafio de abrir um diálogo transformador com as instituições formativas a fim de construir um projeto formativo a partir dos princípios que consolidam a educação popular, a educação para os direitos humanos e o projeto educativo de humanização.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Alfabetização conscientizadora em Educação Popular. In: GADOTTI, Moacir (Org.). **Alfabetizar e conscientizar**: Paulo Freire, 50 anos de Angicos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014, p. 113-122.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (orgs.). **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007, p. 399-412.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-47.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.) **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ideia Editora Ltda, 2005. p. 201-212.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.